

Legislando para o futuro: pandemias

Isaac Roitman

Uma parte dos cientistas se dedicam ao avanço do conhecimento em suas áreas de atuação, uma outra, envidando esforços para minimizar ou eliminar os problemas do presente, e um segmento procura montar cenários para o futuro, antecipando soluções adequadas aos possíveis problemas que podem emergir. Esse último grupo tem o dever de alertar as instâncias competentes para a tomada de providências que possam evitar ou resolver problemas que podem ser graves e de múltiplas dimensões. As ações poderão ser de curto ou médio prazo ou de longo prazo, que passam a compor uma política de Estado.

No texto abaixo são descritos fatos reais em plena pandemia de covid-19. Ela está disseminada em todo planeta. No entanto, no Brasil, ela assumiu proporções catastróficas, com um excepcional número de óbitos e o colapso do sistema de saúde.

Em tempo recorde, a comunidade científica planetária desenvolveu várias vacinas para controlar a pandemia. A primeira vacina foi desenvolvida no século 18 pelo cientista Edward Jenner para a prevenção da varíola. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), hoje existem vacinas disponíveis para combater pelo menos 20 doenças que salvam a vida de até 3 milhões de pessoas todos os anos. Quando somos vacinados, não estamos protegendo apenas a nós mesmos, mas também aqueles que estão ao nosso redor. A vacinação é segura, e os efeitos colaterais da vacina são geralmente menores e temporários, como dor no braço ou febre baixa. Efeitos colaterais mais graves são possíveis, mas extremamente raros.

O Brasil se destaca por seu programa público de imunização, que oferta todas as vacinas recomendadas pela OMS. Porém, nos últimos anos, os índices de cobertura vacinal ofertada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) tem registrado queda. Infelizmente, observa-se a divulgação de informações incorretas, que são responsáveis pelo aumento de pessoas que não acreditam na eficácia ou temem os efeitos das vacinas. Como consequência, algumas doenças que estavam erradicadas acabam retornando. Apesar de termos pelo menos duas instituições centenárias (Fundação Oswaldo Cruz e Instituto Butantan) com tradição na produção de vacinas, enfrentamos imensas dificuldades para vacinarmos a maior parte da sociedade brasileira. Nesse cenário, apesar de termos competência científica (recursos humanos) e um primoroso programa nacional de imunização, ficamos reféns de laboratórios e indústrias de outros países para uma vacinação em massa para enfrentarmos essa terrível pandemia. Alguns grupos localizados em universidades e centros de pesquisas no Brasil estão desenvolvendo vacinas promissoras em seus primeiros estágios. No entanto, não existem recursos nem no Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) ou no Ministério da Saúde (MS) para dar suporte financeiro necessário para a realização de outras fases obrigatórias, antes de se poder usar para toda a população. Esse é um crime recorrente

quando se reduz verbas para o desenvolvimento científico brasileiro, quando deveríamos ter um aumento progressivo de investimentos.

A ciência aponta para o risco de termos novas pandemias no futuro. Uma pergunta emerge. O que devemos fazer agora para não repetirmos esse filme de terror nas próximas décadas? Para discutir e chegar a uma resposta a essa pergunta, o *Movimento 2022-2030 O Brasil e o Mundo que queremos*, uma parceria da Universidade de Brasília, através do Núcleo de Estudos do Futuro (n-Futuros/Ceam), com a União Planetária, promoveu três painéis.

O primeiro sobre o *Desenvolvimento Científico e Tecnológico*, que contou com três palestrantes (Sérgio Machado Resende/Universidade Federal de Pernambuco e ex-ministro de Ciência e Tecnologia), Helena Nader (Universidade Federal de São Paulo/vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC), Fernanda Sobral (Universidade de Brasília/vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC) e cinco debatedores: Sidarta Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Wanderley de Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Mercedes Bustamante (Universidade de Brasília), Carlos Morel (Fundação Oswaldo Cruz) e Ennio Candotti (Museu da Amazônia).

O segundo painel, intitulado *Soberania das vacinas*, contou com a participação de quatro cientistas: Celio Lopes da Silva (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP), Jorge Kalil Filho (Faculdade de Medicina e Instituto do Coração/USP), Marcello Aurélio Krieger (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz) e Ricardo Tostes Gazzinelli (Universidade Federal de Minas Gerais/Fiocruz).

O terceiro, denominado *Covid-19 Para onde vamos?*, com a participação dos seguintes especialistas: Luiz Fernando Aranha Camargo (Universidade Federal de São Paulo/Faculdade Israelita de Ciências da Saúde do Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein – Iepae), Luiz Vicente Rizzo (Universidade de São Paulo/Iepae), Roberto Bittencourt (Universidade Católica de Brasília).

Duas foram as conclusões desses debates. A primeira, a liberação imediata de verbas para o prosseguimento das pesquisas em andamento. A segunda seria garantir investimentos na área de vacinas com a finalidade de termos um cenário bem diferente do que tivemos na pandemia de covid-19. Com esse objetivo, foi elaborado um projeto de lei que foi encaminhado ao Congresso Nacional, comandado por um dos ícones do setor jurídico do Distrito Federal, professor Ulisses Riedel, ex-senador e presidente da União Planetária. As minutas do projeto de lei foram enviadas para especialistas para o aperfeiçoamento do projeto, que dispõe sobre medidas para alcançar autossuficiência em vacinas, garantias de imunização e prevenção de doenças e pandemias, protegendo a saúde do povo brasileiro, e dá outras providências. O projeto garante investimentos contínuos para o desenvolvimento de vacinas, coordenado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e para a produção e imunização, coordenadas pelo Ministério da Saúde (MS).

Transcrevo um trecho da justificativa do projeto de lei, que resume o mérito da proposta: “Atualmente enfrentamos a pandemia de covid-19 em escala mundial. As vacinas atualmente se constituem como o principal instrumento para reduzir e terminar essa verdadeira tragédia. Enfrentamos uma carência de vacinas, pois elas são desenvolvidas no exterior. Temos recursos humanos de excelência, dominamos as tecnologias de desenvolvimento de vacinas e temos grande experiência na produção de vacinas (Institut Butantan e Fiocruz). No entanto, os investimentos são escassos, tendo em vista os altos custos para o desenvolvimento de vacinas. Para que possamos ter a mesma velocidade de desenvolver novas vacinas, é absolutamente vital um maior investimento. Os laboratórios de segurança para a manipulação de microrganismos altamente patogênicos são escassos e a ausência de biotérios com certificação é quase total”.

A iniciativa que certamente dará uma autossuficiência na área de vacinas poderá ser um exemplo para outras áreas importantes, como educação, moradias, energia, conservação da natureza, que exigem projetos de Estado de longo prazo. Legislar com visão do futuro será um passo importante para termos um Brasil e um mundo melhores e mais justos.